

## REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO: O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Ghane Kelly Gianezelli  
CE/UFES  
[autor@outlook.com](mailto:autor@outlook.com)

Eixo: Do direito a educação: políticas de acesso, permanência e qualidade social  
Pôster de Pesquisa.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo promover uma reflexão sobre os princípios da educação como um direito de todos (as), e que todos os sujeitos são educáveis; dando devida visibilidade aos estudantes PAEE – Público-alvo da Educação Especial. Como problema de pesquisa questionamos: Porque muitos alunos (as) público alvo da Educação Especial evadem das escolas comuns? Como essa prática pode ser ressignificada tornando-se mais significativa, de forma que os envolvidos sintam-se de fato incluídos? Trazemos como dados algumas falas desses estudantes e de profissional da Educação Especial, pois eles têm algo a dizer sobre como tem ocorrido a inclusão em uma escola comum, nos fazendo refletir sobre como pode ser aprimorada. A metodologia é de Estudo de caso com uma perspectiva crítica e dialética a partir dos pressupostos de Marx. Almejamos alcançar o objetivo de reflexão a que se propõe este trabalho, por meio de diálogos livres com os estudantes público-alvo da Educação Especial, dessa forma eles relataram sua verdade, livremente. Alguns teóricos vieram compor o artigo no que tange ao embasamento legal e outros aspectos fundamentais na tessitura da reflexão. Os resultados esperados são de promoção de uma potente reflexão até onde esse artigo possa chegar. Que provoque desejo de lutar por uma educação de qualidade aos estudantes público-alvo da educação especial, tal como por políticas públicas educacionais que venham consolidar as prescrições da Constituição de 1988 na Educação, assim como uma política de formação de professores (as). E aliado a isso é preciso lutar por currículos que contemplem a realidade dos estudantes, pois só assim o processo educacional será significativo garantindo sua permanência e sucesso na escola.

**Palavras-chave:** Inclusão; Educação; Currículo.

### Introdução

Promovendo uma reflexão sobre os princípios da educação como um direito de todos, e que todos os sujeitos são educáveis; dando devida visibilidade aos estudantes PAEE – Público-alvo da Educação Especial, além de

revisitar/reanalisar o artigo “Por uma inclusão real – tão diferente quanto iguais” e sua coleta de dados, como também contextualizando com minha dissertação de Mestrado que está em andamento, é que propomos a escrita do presente artigo.

**Educabilidade:** a palavra é lançada. O grande desafio. A aposta fundamental: “Toda criança, todo homem é educável”... e a história da pedagogia, assim como das instituições escolares, nada mais é do que a implementação cada vez mais audaciosa dessa aposta: **a escolha da educação contra a exclusão**. A transgressão permanente de todos os fatalismos. A afirmação de que nada jamais está perdido e que ao contrário, tudo pode ser ganho se nos dedicarmos, obstinadamente, a inventar métodos que permitam integrar as crianças ao círculo humano (MEIRIEU, 2005, p. 43. grifos nossos).

Segundo Meirieu, para início de conversa, é preciso acreditar na educabilidade de todos os estudantes. Ressaltamos aqui os estudantes PAEE, que são alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme a Política Nacional de Educação Especial de 2008. É possível que eles (as) aprendam e sejam sujeitos participantes.

Há muitos debates nos entornos da “inclusão escolar”, assim como muitos avanços aconteceram especialmente no que tange a legislação e garantia de direitos dos estudantes PAEE. Portanto, uma coisa é certa: “inclusão escolar” não é apenas garantir a matrícula do estudante, é preciso garantir igualmente o sucesso acadêmico/social e a permanência.

Avanços consideráveis também podem ser identificados no que concerne à matrícula dos estudantes com deficiência no sistema regular de ensino (INEP, 2013), porém persiste o desafio de promover o acompanhamento e a intervenção junto às práticas educativas construídas na educação básica, com o intuito de apoiar professores e demais sujeitos da escola, na tarefa de refletir criticamente e (re)organizar tais práticas (MAGALHÃES et al, 2016).

Os estudantes e profissionais da Educação Especial tem algo a dizer sobre a inclusão que vivenciam cotidianamente, por isso seus relatos serão apresentados aqui com o objetivo de buscar uma reflexão sobre o processo de inclusão dos alunos (as) PAEE na escola regular.

## Referencial teórico

Além de Meirieu, Magalhães, Mantoan e Kosik, outros autores (as) como Marli André e Sacristán vêm compor a tessitura do presente artigo. André (1999) fala da importância de uma postura reflexiva do professor (a) no ato da educação inclusiva, fazendo uso da diversidade de sua classe, dos saberes prévios dos estudantes, utilizando-os como vantagem pedagógica: uma forma de envolvê-los e dar maior significado ao processo educativo. Assim os estudantes PAEE deixam de ser meros expectadores e passam a ser participantes de sua educação, que torna-se naturalmente inclusiva.

Diferenciar é antes de tudo, aceitar o desafio de que não existem receitas prontas, nem soluções únicas, o que há são indicativos, sugestões trocas de experiências que irão engendrar a construção de cada professor. Portanto, é preciso “[...] aceitar as incertezas, a flexibilidade, a abertura das pedagogias ativas [...], em um processo que envolve negociação, revisão constante e iniciativa de seus atores” (ANDRÉ, 2001, p.22).

A importância do papel do professor é realmente grande, sua formação precisa ser de qualidade para que ele (a) tenha suporte ao exercer a função educativa, de forma que sempre busque novos conhecimentos e novos métodos. Além disso, os currículos são um potente diferencial, pois todos os estudantes, de todos os lugares e contextos, destacando aqui os PAEE, precisam sentir-se contemplados pelos currículos, os conteúdos devem ser articulados as suas vivências para ter significado. Conforme orienta Sacristán:

Então, não será fácil melhorar a qualidade do ensino se não se mudam os conteúdos, os procedimentos e o contexto de realização dos currículos. Pouco adiantará fazer reformas curriculares se estas não forem ligadas à formação dos professores. Não existe política mais eficaz de aperfeiçoamento o professorado que aquela que conecta a nova formação àquele que motiva sua atividade diária: o currículo (SACRISTÁN, 2000, p.10).

Espera-se que com a educação eles reconheçam-se enquanto sujeitos de direitos e que a educação promova essa emancipação. Trazer as experiências e questionamentos que os(as) alunos(as) vivem para os currículos é uma forma de educação mais motivadora e inclusiva. Eles (as) precisam ser motivados (as), porque quando deposita-se neles (as) apenas conhecimentos científicos - que eles (as) tem direito - sem considerar suas vivências e principalmente suas

condições de aprendizagem, eles (as) reprovam, evadem da escola, deixam de frequentar espaços onde não se sentem, reconhecidos (as) e muitas vezes nem participantes.

## **Metodologia**

Por meio da metodologia de Estudo de caso com uma perspectiva crítica e dialética a partir dos pressupostos de Marx, almejamos alcançar o objetivo de reflexão a que se propõe este trabalho. O método histórico dialético trata da compreensão da realidade, de forma que sua análise, ao mesmo tempo trate de uma realidade específica, considerando-a também como parte de uma totalidade que precisa ser compreendida, com as suas múltiplas relações.

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 2010, p. 18).

O diálogo livre com os estudantes público-alvo da Educação Especial proporcionou que eles relatassem sua verdade, livremente, sem medo de responder errado, pelo contrário, eles contaram sobre suas vivências de maneira bastante tranquila, além disso, foi realizada entrevista com uma intérprete de LIBRAS. Seguem abaixo:

### **Estudante 1**

O aluno possui 18 anos e está matriculado da 2ª série do Ensino Médio. O estudante nasceu com microcefalia e deficiência intelectual, não consegue acompanhar o desenvolvimento da turma. Procuro conversar com ele para entender melhor como ele pensa, e várias vezes ele relatou que não quer mais frequentar a escola. Ao perguntar o motivo e ele respondeu:

*Eu não vim pra escola essa semana toda, porque não eu não quis. Não aguento mais ficar olhando para a parede, sem nada para fazer, porque não consigo fazer aquelas atividades que os professores levam. (Estudante 1).*

### **Estudante 2**

Já o estudante 2 tem 17 anos, está na 1ª série do Ensino Médio, diagnosticado com deficiência intelectual, é consideravelmente mais fechado e ultimamente esteve muito ausente da escola. Ele entregou na escola um atestado médico visivelmente rasurado. Onde havia escrito: “Um dia”, ele escreveu “Oito dias”. Perguntei o que aconteceu com o atestado, inicialmente ele disse que recebeu assim, e depois de perguntar novamente ele respondeu:

*Eu que fiz o oito, porque eu queria ficar em casa. É melhor ficar em casa, jogar bola, dormir, porque aqui eu não faço nada. Eu não quero ficar na sala, eu quero esperar aqui fora no pátio. Tia tem um desenho pra ‘mim’ pintar? (Estudante 2).*

### **Estudante 3**

A estudante 3 tem 14 anos, diagnosticada com Retardo Mental moderado e cursa o 6º Ano do Ensino Fundamental, ela também falta aulas esporadicamente e quando está na escola, sai da sala de aula e vai até a coordenação dizendo que está com dor de cabeça pedindo para ligar para o pai buscá-la. Quando os colegas passam perto ela conversa e ri normalmente e quando chega o coordenador faz um semblante de quem está muito mal. Certo dia na sala de aula a estudante 3 fez o seguinte relato, ao ser perguntada pelo seu caderno:

*Eu não sei fazer esses devê aí não tia, eu não faço não. Tenho um caderno na mochila que tem vez que a tia passa algum devê nele pra mim fazer, diferente do quadro. (Estudante 3).*

Para pensar: O que sentem esses (as) estudantes ao perceberem que são diferentes dos demais, que a educação que recebem é diferente, ou as atividades são diferentes, ou pior: o que pensam quando não recebem nada para fazer em sala de aula? Seria esse o motivo das faltas corriqueiras, das reprovações e evasões? E porque isso acontece nas escolas regulares?

### **Profissional de Educação Especial – Intérprete de LIBRAS**

*Noto que os professores estão sempre dizendo que não tem tempo, que tem muitas demandas para dar conta: diários físicos ou online para preencher, trabalhos e provas para corrigir, notas a lançar, papelada para preencher, plano de aula para fazer e com isso não tiram um tempo para planejar algo para os alunos especiais. Eles chegam a dizer que o intérprete que tem de planejar, porque o intérprete ou o professor da sala de recursos não tem nada para fazer. (Intérprete de LIBRAS).*

Não é a intenção aqui encontrar falhas ou culpados. Ao contrário, tentamos propor reflexões para compreender em que ponto a inclusão está, e como é possível aperfeiçoá-la. Diante desse relato fica claro que os professores tem muitas demandas para dar conta, além de muitas vezes se depararem com uma sala de aula com mais de 40 alunos, além dos estudantes PAEE. Nessas condições postas na escola de hoje, pelo sistema educacional, é possível promover uma educação e uma inclusão de qualidade? É notório que para o aperfeiçoamento da inclusão e da educação no geral, precisamos de uma mudança estrutural no sistema educacional vigente. Muito avançou-se em inclusão e consideramos as conquistas passadas, mas é hora de avançar, de aprimorar ainda mais a inclusão existente.

### **Conclusões parciais**

A Constituição de 1988 prescreve a inclusão total e incondicional dos alunos, sendo verdadeiramente revolucionária, vanguardista e muito clara ao se pronunciar sobre o direito de todos à educação. Falta-nos zelar para que suas prescrições sejam colocadas em prática, por meio de políticas educacionais que as respeitem e as consolidem nas nossas escolas. (MANTOAN, et al 2006, p.98).

Com esse pensamento provocado por Mantoan 2006, entendemos a necessidade de lutar por políticas públicas educacionais que favoreçam os estudantes PAEE, pois certamente as deficiências físicas e intelectuais dos estudantes público alvo da Educação Especial, os fazem seres únicos, em constante desvantagem nesse sistema que está posto. Diante disso, é notório que os estudantes PAEE sentem-se desmotivados a continuar numa educação em que não se sentem participantes. Se o currículo propuser conhecimentos contextualizados com a realidade vivenciada por esses estudantes, pode ser que eles se compreendam, sejam compreendidos enquanto sujeitos, e consequentemente desejem permanecer como participantes da sociedade. Há muito a pensar, pesquisar, aprimorar no que tange a uma inclusão que se efetive no cotidiano das escolas, de maneira mais justa e articulada com a realidade dos estudantes envolvidos. As reflexões a que se propõe o presente artigo jamais se esgotam.

## Referências:

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa, formação e prática docente**. In ANDRÉ, Marli. (org) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 2001.

ANDRÉ, Marli (org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. 8ª. ed. São Paulo: Papyrus, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva, SOARES Marcia Torres Neri. **Currículo escolar e deficiência: contribuições a partir da pesquisa-ação-colaborativo-crítica**. Cadernos de Pesquisa v.46 n.162 p.1124-1147 out./dez. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Égler, PRIETO, Rosângela Gavioli; Valéria Amorim Arantes, organizadora. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo: Sumus, 2006.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da Escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo escolar da educação básica**. 2013. Disponível em: Acesso em: 01 Jun. 2018.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. – 3ª. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2000. 325p. ; 25 cm.